



ARTIGO

MEMÓRIAS DE UM LUGAR: 25 ANOS DO MUSEU CAPIXABA DO NEGRO

Fernanda de Castro Barbosa

*Graduada em História e Mestre em Ciências Sociais
pela Universidade Federal do Espírito Santo.*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre os 25 anos do Museu Capixaba do Negro – “Verônica da Pas”, que é popularmente conhecido pela sigla Mucane e está localizado na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. Para tanto, contextualizo o seu surgimento em um cenário marcado por memórias coletivas em disputa, analiso a sua localização espacial em um território urbano assinalado por referências negras e os processos de resistência que permearam a sua trajetória. Por fim, realizo um balanço do que são consideradas as principais conquistas e os desafios que o Mucane tem pela frente.

Palavras-chave: memórias, museu, identidade, movimento negro.

Abstract

This article aims to present some reflections on the 25 years of the Museu Capixaba do Negro - “Verônica da Pas”, which is popularly known by the acronym Mucane and is located in the city of Vitória, capital of Espírito Santo. For that, I contextualize its emergence in a scenario marked by disputed collective memories, analyze its spatial location in an urban territory marked by black references and the processes of resistance that permeated its trajectory. Finally, I take stock of what are considered the main achievements and the challenges facing the Mucane.

Key words: memories, museum, identity, black movement.

Introdução

Em 13 de maio de 2018, o Mucane completou 25 anos de criação e de atividades, constituindo-se, paulatinamente, em um dos poucos espaços demarcados politicamente pelas lembranças e práticas culturais de negros e negras no Espírito Santo e, portanto, um abrigo para as questões que afetam essas populações. A data remete-nos para o dia 13 de maio de 1993, quando o então governador Albuíno Azeredo (1990-1994), um dos primeiros governadores negros do Brasil e o primeiro do Estado, assinou o Decreto 3.527-N criando a instituição. Fruto das pressões de militantes dos movimentos negros existentes na época, o museu nasceu com a proposta de ser um lugar para (re) pensar o negro, sua memória e cultura na sociedade capixaba.

O jubileu de prata do Mucane nos convida à reflexão, pois apesar de a maior parte da população do Espírito Santo ser constituída por negros - 61% segundo os dados de 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - historicamente essa população, suas memórias e práticas culturais têm sido invisibilizadas e esquecidas pelas políticas de Estado.

O objetivo deste artigo é apresentar algumas considerações sobre os 25 anos do museu. Para tanto, ele foi dividido em quatro partes. Na primeira, contextualizo o seu surgimento em um cenário mais amplo, em que as memórias coletivas no Brasil estão em disputa. Posteriormente, analiso os processos de resistência que permearam a história do Mucane e abordo a sua localização geográfica, em um território marcado por referências negras. Por fim, debato a sua relevância para a construção da visibilidade da população negra no Espírito Santo, bem como realizo uma descrição e balanço analítico daquelas que são consideradas as principais conquistas e os desafios apresentados para a instituição no presente e futuro.

Os dados usados para a elaboração do presente artigo, em sua maioria, são provenientes de dois projetos de pesquisa. O primeiro, denominado “Trajetória Histórica do Museu Capixaba do Negro”, foi desenvolvido entre 2009 e 2012, período em que organizei junto com a pedagoga e advogada Nelma Monteiro, sob a coordenação do Instituto Elimu Professor Cléber Maciel, uma revista de edição única denominada Mucane. O segundo projeto, intitulado “Identidades

e memórias no Espírito Santo: um estudo a partir do Museu Capixaba do Negro” consistiu em pesquisa etnográfica e documental, desenvolvida em 2013 e 2014, que resultou na dissertação de mestrado com o mesmo título defendida em julho de 2015 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

A metodologia do segundo projeto da pesquisa, que em parte é adotada na organização deste artigo, pode ser dividida em três momentos interdependentes e simultâneos. O primeiro momento consistiu na construção e delimitação teórica do tema, a saber: identidade e memória. Nesse sentido, a identidade é entendida como produto da consciência de si construída pelas organizações sociais negras e a memória é vista como um produto da organização social, isto é, lembranças e saberes transmitidos entre as gerações.

Em um segundo momento, eu recorri à bibliografia produzida sobre os movimentos negros no Brasil e no Espírito Santo e às fontes primárias para contextualizar a demanda da criação do Museu Capixaba do Negro. Além disso, nos anos 2013-2014, analisei um conjunto de documentos formado pelas atas de reunião do Conselho Gestor do Mucane (Cogemu), integrado por representantes das entidades dos movimentos negros eleitas em Assembleia e do Poder Público. Explorei ainda reportagens diversas publicadas nos jornais e mídias eletrônicas, em especial, no site da Prefeitura Municipal de Vitória.

Por fim, fui a campo inúmeras vezes – principalmente no ano de 2014 – para realizar entrevistas, participar das reuniões mensais do Cogemu e/ou apenas vivenciar a rotina da instituição.

Esperamos, com este artigo, contribuir para os debates e reflexões sobre a importância do Mucane enquanto um lugar de identidades e memórias negras, ampliando, assim, as discussões sobre o seu papel na sociedade capixaba e suas contribuições na construção das visibilidades das comunidades e memórias afro-brasileiras no Espírito Santo.

O contexto de emergência da ideia de um museu com recorte étnico-racial no Espírito Santo

Em meados de 1970, com o processo de abertura política da Ditadura Militar, as entidades de movimentos negros no Brasil voltaram a se articular com mais ímpeto e colocaram suas demandas em debate no cenário político nacional. Críticas ao mito da democracia racial, essas organizações passaram a reivindicar, entre outras questões, uma identidade negra específica, que tinha como um dos fios condutores a luta por uma releitura do lugar dos negros na historiografia brasileira, através do reconhecimento e valorização das memórias que os colocavam como protagonistas do mundo social.

Essas entidades, no entanto, não constituíram uma voz uníssona. Pelo contrário, elas formavam um conjunto bastante heterogêneo que divergiam sobre os significados de “ser negro”. Nos limites deste artigo, não vou discutir os seus dilemas. Essa tarefa árdua foi realizada de forma competente por outros autores. Aqui, irei me ater à compreensão, mesmo que em linhas gerais, das fronteiras identitárias estabelecidas pelos movimentos negros dessa época, em especial, dos diálogos que estes estabeleceram com a história oficial e os seus projetos de construção de uma memória e história afro-brasileira. Esses dados são importantes para contextualizar os movimentos negros no Espírito Santo, uma vez que os militantes capixabas se articularam politicamente com organizações de movimentos negros em âmbito nacional, em especial por aqueles movimentos que tiveram pretensões de alcançar todo o país e, por isso, compartilhavam demandas, contradições e bandeiras de lutas, como apresentarei nas próximas linhas.

Um dos marcos para o entendimento desse contexto foi a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978 (PEREIRA, 2010, p.98). O MNU nasceu com a proposta de reunir a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional para fortalecer o poder político dos movimentos

negros (DOMINGUES, 2007, p.114). Diferentemente de movimentos dos períodos anteriores à década de 1970, o MNU teve caráter popular e condenou qualquer forma de assimilação dos negros à sociedade, colocando os conceitos de “consciência” e “conscientização” na ordem do dia (PEREIRA, 2010, p.99).

Observa-se que um dos grandes desafios dos movimentos negros, nesses tempos, foi enfrentar o mito da democracia racial que tinha pretensões assimilacionistas e apresentava as relações raciais no Brasil como harmoniosas, bem como atribuía o “atraso” dos negros exclusivamente à escravidão e não ao racismo (ALBERTI e PEREIRA, 2005, p.1). Nesse sentido, a mestiçagem era considerada pelos militantes negros uma armadilha ideológica alienadora e teria contribuído para a diluição da identidade do negro no país.

Outra marca dessa nova fase é a crescente consolidação de uma nova identidade para o negro brasileiro. Aliás, foi com o MNU que o termo “negro” foi adotado oficialmente para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país. O termo deixou de ser considerado um estigma ofensivo e passou a ser usado com orgulho pelos ativistas – o que não acontecia no passado –, em detrimento do desuso cada vez maior da expressão “homens de cor” (DOMINGUES, 2007, p.115).

Além disso, há uma mudança de postura em relação ao continente africano. Tanto o discurso da negritude, quanto a retomada da noção de raízes ancestrais norteou o comportamento da militância, havendo a incorporação de padrões estéticos relacionados a uma beleza e indumentária negra e da culinária africana. Nas palavras de Domingues, “o movimento negro africanizou-se” (2007, p.116). Essa “africanização” reverberou, por exemplo, no questionamento dos nomes ocidentais serem a única referência de identidade dos negros brasileiros. Impõem-se ainda, uma cobrança moral para que a nova geração assumisse as religiões de matriz africana, particularmente o candomblé, tomado como principal guardião da fé ancestral (idem).

A construção de uma identidade étnica negra associada a uma determinada “africanidade” trouxe para os militantes a preocupação com as suas “origens” e, portanto, eles voltaram o seu olhar para o passado. Houve um interesse em pensar o negro e a sua história, a partir de uma ótica própria, em que a cultura afro-brasileira pudesse ser vista de forma positiva, passando a demandar, então, uma revisão do papel do negro na história do Brasil.

Como dito anteriormente, o Espírito Santo não ficou imune à efervescência que tomou conta do cenário nacional com a progressiva abertura política do regime militar. A criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, repercutiu no Estado onde, no mesmo ano, foi criado o Centro de Luta Graden – Grupo de Ação e Defesa Negra, braço capixaba do MNU (MACIEL, 1994, p.112)¹.

O Centro de Luta (CL) Graden foi o primeiro de vários outros que se estabeleceram no Estado. Gradativamente outros CLs surgiram em comunidades, escolas e fábricas com o objetivo de “discutir a questão racial, buscando formar uma consciência e reaver os valores próprios da cultura negra” (BISPO e SOUZA, 2006, p.62).

Por essa época, os militantes atuavam, entre outros, no sentido de desenvolver um trabalho voltado para a valorização da imagem do negro, tentando superar os estigmas e estereótipos de marginalidade atribuídos a esse segmento da população (BISPO e SOUZA, 2006, p.62). Essa resignificação era expressa no ato de assumir os cabelos com estética afro, por meio do uso de tranças ou mesmo da adoção do estilo black power, por exemplo.

A estrutura rígida do MNU nacional, que não reconhecia as especificidades dos movimentos locais e direcionavam as ações nacionais com bases nas realidades dos estados do Rio de Janeiro e de

¹ É importante ressaltar que antes do Movimento Negro Unificado, outras entidades do movimento negro, de âmbito nacional, tiveram “filiais” no Espírito Santo, entre elas, a Frente Negra Brasileira na década de 1930 e a União dos Homens de Cor, nos anos de 1940 (DOMINGUES, 2007).

São Paulo, por entender que suas tradições de luta deveriam ser modelos ideais para as regiões que não as tinham, inclusive o Espírito Santo, levaram ao rompimento dos militantes capixabas com a entidade (MACIEL, 1994, p.114).

A ruptura com o MNU possibilitou a criação de várias entidades que deram continuidade às lutas, utilizando-se de diferentes estratégias. Assim, nasceram grupos de pesquisa, grupos de reflexão e produção intelectual, grupos esportivos e de ação política, entre outros, que apesar de em um primeiro momento parecerem dispersos e fragmentados, reuniam-se por ocasião de eventos comemorativos ou de protestos de pautas de interesse geral. Todos tinham em comum “a busca do resgate da história dos negros locais, o fortalecimento e a valorização da base histórica das tradições de lutas e de resistência cultural afro-capixaba” (idem).

É nesse contexto, em que as memórias são eleitas um importante instrumento pelos militantes para o reconhecimento das populações negras na história e na formação da sociedade brasileira, que emerge a ideia de criação de um museu com recorte étnico-racial. Inclusive, segundo os militantes negros entrevistados para essa pesquisa, um dos marcos que impulsionaram a ideia da criação do Mucane foi a realização do Seminário Internacional da Escravidão, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em 1988, dentro do contexto do centenário da Lei Áurea. O evento, realizado entre os dias 15 e 17 de julho de 1988 e coordenado pela médica psiquiatra Maria Verônica da Pas, teve como objetivo discutir a escravidão a partir da perspectiva das Antilhas, da África, dos Andes e do Brasil (PAS, 1992, p.6), isto é, repensar a história das populações negras sob uma ótica não eurocêntrica.

A criação do Museu Capixaba do Negro

Cinco anos depois da realização do Seminário, o Mucane foi formalmente criado por meio de decreto, em 13

de maio de 1993. Sua criação foi um resultado político das mobilizações, debates, propostas, negociações e lutas dos militantes negros capixabas.

A criação formal do museu, porém, não interrompeu os embates para que surgisse o Mucane de fato. A militância negra precisou ainda pressionar e negociar por exatamente mais um ano a fim de obter um espaço físico próprio para a instituição.

No dia da inauguração da sede, junto com a assinatura da cessão do prédio para o Departamento Estadual de Cultura – responsável pelo seu gerenciamento –, veio também a promessa de reforma da edificação, uma vez que tratava-se de “um velho casarão caindo aos pedaços”, como descreveram vários entrevistados para esse estudo. Porém, essa promessa não foi concretizada nem na gestão do governador Albuíno Azeredo e nem nas seguintes.

Elias Barcelos, militante negro que esteve nas lutas pela criação do Mucane, compara “o abandono” do museu pelas consecutivas gestões estaduais com o processo de abolição da escravatura, dizendo: “o Governo do Estado achou que já deu o prédio, já fez muito. Fez um decreto doando o prédio, já deu demais. Igual à Lei Áurea, né? Toma esse negócio aí, a partir de hoje são livres”. (BARCELOS, 2011).

A situação de “abandono” era tamanha que a antropóloga Guizzardi ao realizar um estudo tendo como lócus de pesquisa o Mucane o descreve a partir de trechos de uma antiga música de Vinícius de Moraes: “Era uma casa/ Muito engraçada/ Não tinha teto/ Não tinha nada... Não, caro leitor, ninguém podia fazer pipi, por que sequer banheiros havia ali” (2006, p.6).

Além de sediado em uma edificação “caindo aos pedaços”, o Mucane não contou com dotação orçamentária própria, muito menos com uma equipe de funcionários que viabilizassem o seu funcionamento durante o período em que ficou sob a gestão dos governos estaduais.

Para fazer frente ao descaso das autoridades públicas, os militantes envolvidos nas lutas pela existência do museu organizaram a sua ocupação, por meio da realização de ações que conferiam signifi-

cados ao espaço, denunciando a indiferença estatal e proporcionando visibilidade às questões negras no estado.

Sob o lema “ocupar para resistir”, negros e negras envolvidos nas lutas pela criação e manutenção do Mucane organizaram vigílias, reorientaram reuniões de diferentes grupos para o museu e realizaram inúmeras atividades artístico-culturais tais como oficinas de dança e capoeira, exposições, rodas de samba, entre outros. A esse respeito, Zuilton Ferreira relata:

Nós tivemos muitos artistas bons dentro do espaço. Você me perguntou também, que eu esqueci de falar, o próprio Renato Santos², que fez vigília. Renato Santos ia, assim, de tarde, passava a tarde todinha lá, sozinho. Tomando conta do espaço, pro espaço não ficar fechado. Ele fez isso. Cê entendeu? Várias vezes. Me ligava: “oh, hoje você não precisa vir não”. Porque era eu, Edileuza [de Souza], Elias [Barcelos]. Elias saía do SINDPREV pra ir pro museu, pra gente não deixar o museu fechado. A gente não podia deixar o espaço fechado [...] (FERREIRA, 2011).

Ainda sobre a ocupação, enquanto uma forma de resistência, Madalena Correia lembra que:

Nessa lida, um anima outro desanima, um empurra o outro, vão puxando, vão resistindo, né. Eu acho que a gente pode classificar esse período – que foi bem de uns dez anos, né – de resistência. Outra coisa que eu quero, gostaria de registrar, que já acho que foi fundamental para essa resistência: o apoio dos artistas capixabas e dos militantes, que sempre que a gente acionava, fazia qualquer movimento, tava todo mundo junto com a gente; só assim que conseguimos resistir esse tempo todo ali. [...] Que na verdade, o que nós temos? O que era o museu

na época? Um decreto. Só isso. Um decreto, a gente tinha um papel na mão. Ele instaurou ali, foi lá, fez discurso naquele prédio [...] (CORREIA, 2011).

O Mucane foi eleito – a partir das falas dos “ocupantes” – como um lugar de resistência entendido como um produto das lutas dos movimentos negros e um ponto de partida para a produção de memórias. É como que ser negro – para esses militantes que ocuparam a instituição – fosse sinônimo de resistir. Resistir significava manter o museu aberto, a qualquer custo. Resistir significava existir.

Resistir significou também lembrar e criar as condições para fazer lembrar daquilo que todas as estruturas simbólicas eurocêntricas trabalham para fazer esquecer. “Resistir para existir” significa resistir para ser, para construir identidades e consciências negras que possibilitam reconstruir ordens simbólicas de matrizes africanas. “Resistir para existir” significava mobilizar forças políticas negras e acionar processos organizativos que possibilitavam reverter estigmas e estruturas simbólicas impostas e construir publicamente identidades negras positivas, que produziam sentimentos de pertencimento e de autoestima.

Assim, durante mais de dez anos, as portas do Mucane foram mantidas abertas por meio de atividades diversas, realizadas pelos movimentos negros organizados, que ocuparam o espaço e, desde então, foram transformando-o em lugar de memória, de resistência e de práticas culturais afro-brasileiras.

Território negro

Nessa altura do texto cabe um pequeno parêntese para refletir sobre a localização geográfica do Mucane, antes de prosseguirmos com as discussões sobre a trajetória da instituição.

Apesar da escolha do edifício não ter sido premeditada, conforme as entrevistas concedidas para essa pesquisa, o museu encontra-se cercado de importantes referências para a população negra capixaba.

É certo que a Avenida República, onde está instalado o Mucane, no início do século XX, era uma das ruas mais importantes da capital ocupada por integrantes de uma elite branca que moravam em casas e praticavam um dinâmico comércio³. Também não podemos esquecer os principais logradouros⁴ no entorno do Museu: Avenida Princesa Isabel, Avenida Cleto Nunes, Avenida Jerônimo Monteiro e Avenida Presidente Florentino Avidos⁵. Nenhuma dessas ruas faz referência a uma memória negra e quando o faz – no caso da Avenida Princesa Isabel – retoma uma personagem cuja memória é associada a uma versão da abolição amplamente questionada pelos militantes das entidades dos movimentos negros, uma vez que credita a uma princesa branca a libertação dos escravizados, ignorando o protagonismo de negros e negras nos processos que culminaram com o fim do sistema escravocrata.

Contudo, a despeito de tantas referências materializando uma história “branca”, nas imediações dessas mesmas vias e, por conseguinte, do museu, é possível encontrar vários pontos de apoio para as memórias dos/sobre os negros no Espírito Santo.

Ao norte do Mucane, por exemplo, estão os Morros da Piedade e da Fonte Grande, redutos de população negra, de integrantes de religiões de matriz africana, do samba na cidade de Vitória e de outras práticas

culturais que por diferentes motivos remetem às origens africanas, tais como o congo (Banda de Congo Vira Mundo), a devoção a São Benedito, o funk, entre outras referências.

A leste, a Igreja do Rosário, construída em 1765 por negros escravizados, é a “casa” da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, ponto de agregação, cujos membros além de Nossa Senhora do Rosário, são devotos de São Benedito, santo conhecido como padroeiro dos pretos, pobres e oprimidos. Ao lado da Igreja está a antiga Casa de Leilão, responsável pela arrecadação de verbas para a compra de alforrias de negros escravizados no século XVIII⁶. Cabe destacar ainda que todos os anos, no dia 26 de dezembro, uma procissão para São Benedito sai da Igreja Nossa Senhora do Rosário e percorre as ruas do Centro de Vitória, onde se observa expressiva presença da população negra.

Mais ao sul do Mucane está o Porto de Vitória, porta de entrada de milhares de escravizados, trazidos do continente africano e de outras partes do Brasil, que eram instalados na cidade ou levados para outras regiões do Espírito Santo. Esse mesmo porto, muitos anos depois, foi ampliado e modernizado pelos descendentes dos cativos que ali desembarcaram e que, ainda hoje, contribuem com a sua força de trabalho para o funcionamento do local.

A existência desses diferentes lugares de memórias e de práticas culturais negras em Vitória configura o que alguns historiadores e antropólogos chamam de cidades negras e/ou territórios negros urbanos, isto é, lugares que além de concentrarem um grande número de afrodescendentes, abrigam formas de convivência e sociabilidade em diferentes períodos históricos e que, muitas vezes, são estigmatizados e/ou não têm a sua existência reconhecida⁷.

3 Atualmente, esta avenida – que se estende da baía de Vitória até pouco depois do Parque Moscoso – é cortada por comércios dos mais variados tipos. No mesmo quarteirão do museu, além das lojas comerciais, encontram-se ainda um banco privado, um cine erótico e uma filial da Igreja Universal do Reino de Deus que ocupa o prédio onde outrora funcionou o tradicional Cine Santa Cecília.

4 O exemplo dos logradouros torna-se importante na medida em que os compreendo – a partir das contribuições de Nora (1993) – como lugares de memória, ao lado dos monumentos, das datas comemorativas, dentre outros suportes. Ou seja, eles “falam sobre” e “fixam” personagens, datas e fatos da história local e nacional que se deseja lembrar e, por conseguinte, aqueles que deverão ser esquecidos. Porém, não cabe aqui fazer uma análise de todas as ruas do Centro de Vitória e, por isso, elegi as principais vias do entorno do Mucane.

5 Jerônimo Monteiro e Florentino Avidos foram governadores do Espírito Santo, nos períodos de 1908-1912 e 1924-1928, respectivamente. Já Cleto Nunes foi senador pelo Estado em dois mandatos (1889-1903 e 1903-1908).

6 A Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Preto foi criada em 1755. Ela é conhecida pela disputa que envolveu seus membros (peroás) contra os da Irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco (caramurus) em torno da honra de realizar os festejos para o Santo (MACIEL, 1994, p.96).

7 Para mais informações sobre cidades negras e territórios negros

2 Renato Santos é um dos fundadores do grupo de dança afro NegraÔ. Mestre em Educação, foi coordenador de dança na Escola de Teatro e Dança FAFI.

Assim, a localização do Mucane o insere em um território historicamente marcado pela presença de redes de solidariedade e sociabilidade da qual o museu passou a fazer parte.

O museu capixaba do negro: avanços e desafios

A celebração de um convênio entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a Prefeitura Municipal de Vitória, em maio de 2008, sinalizou o início de novos tempos para o Mucane, uma vez que veio acompanhada da promessa de restauração do prédio e da adequação de suas instalações.

Após dois anos em obras, no dia 02 de julho de 2012, o prédio foi reinaugurado e o Mucane recebeu o nome “Maria Verônica da Pas”, uma homenagem à sua primeira coordenadora. O reconhecimento da atuação desta, que foi uma referência para muitas mulheres negras no Espírito Santo, responsável por contribuir para romper os padrões eurocêntricos da época, por meio da estética e de uma atuação ativa na luta pelos direitos das minorias, é bastante significativo.

A programação cultural da reabertura contou, entre outros, com a apresentação do bloco baiano Ilê Ayê e a exposição fotográfica “Nos Caminhos Afros”, constituída de 176 fotografias do acervo da Fundação Pierre Verger. Ambas as atividades parecem ir ao encontro dos anseios que moveram as lutas para a criação do museu. O Ilê Ayê, conforme defende em sua página na internet, se apresenta como o primeiro bloco afro do Brasil, e ao longo da sua trajetória, tem contribuído fortemente para “o processo de identidade étnica e de autoestima do negro brasileiro”, apropriando-se da história africana para trabalhar a história das populações negras no país (BLOCO ILÊ AYÊ, 2018).

O francês Pierre Verger, por sua vez, é uma grande referência nos estudos sobre o Candomblé praticado pelos povos iorubanos e seus descendentes e atuou, em vários momentos, como um mensageiro entre Brasil e África, incentivando trocas, intercâmbios culturais e a criação de museus nos dois lados do Oceano Atlântico (FUNDAÇÃO PIERRE VERGER, 2018).

A coordenação do novo espaço ficou a cargo de Suely Bispo, mulher negra, que também participou das ocupações no Mucane, durante o período em que a instituição esteve abandonada pelo poder estatal. Além disso, houve a formação de um Comitê Gestor, formado por representantes da sociedade civil organizada e representantes do Poder Público, responsável por debater e definir os novos rumos do museu.

Com o fim da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) na Prefeitura Municipal de Vitória e o início da gestão do Partido Popular Socialista (PPS), a partir de janeiro de 2013, Suely Bispo foi substituída por Wellington Barros, militante da União de Negros pela Igualdade (Unegro), que ali permaneceu até janeiro de 2017. O trabalho de campo e as entrevistas realizadas para a dissertação de mestrado foram realizadas no decorrer da gestão deste último no Mucane. No entanto, em janeiro de 2017, devido às novas configurações políticas envolvendo as relações da Unegro com o PPS, Wellington foi substituído por Thaís Souto Amorim, advogada e assistente social que já era servidora pública da Prefeitura de Vitória.

Desde a reinauguração, o Mucane voltou a ser palco de importantes iniciativas ligadas às memórias afro-brasileiras no Espírito Santo. Em 2014, teve destaque a exposição “Todas as faces de Maria”, em homenagem às mulheres negras, em especial Maria Laurinda Adão, quilombola da Comunidade de Monte Alegre, localizada no município de Cachoeiro de Itapemirim, sul do Estado. Parteira, coveira, mestra de Caxambu, mãe de santo, líder comunitária, mãe e avó, Maria Laurinda é considerada uma guardiã da cultura ancestral de sua comunidade. Além de registros fotográficos, a exposição apresentou a

exibição de um documentário sobre o cotidiano da homenageada.

Em 2015, o museu contou com outra importante exposição, notadamente, para as religiões de matrizes africanas, denominada “Oba: entre deuses e homens”, com desenhos de Juliana Pessoa retratando Zeladores de Candomblé a partir de fotografias de Pierre Verger e do acervo do banco de dados do Programa de Pesquisa e Extensão da Ufes “Africanidades e seus Zeladores”, coordenado pelos antropólogos Cleyde Rodrigues Amorim e Osvaldo Martins de Oliveira. A exposição contou também com o seminário “Nagôs e bantus, entre deuses e homens”, envolvendo pesquisadores, Zeladores e público interessado⁸.

Outra exposição de valorização de personagens de memórias e práticas culturais afro-brasileiras ocorreu de 24 de novembro a 17 de dezembro de 2017, denominada “Memorial de mestres: jongs e caxambus”. É importante ressaltar que este foi o tema da exposição de desenhos e fotografias organizada pelo Programa de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo (PROEX/UFES), denominado “Jongs e caxambus: memórias de mestres e patrimônio cultural afro-brasileiro no Espírito Santo”.

Recentemente, no aniversário de 25 anos do Mucane, entre os dias 09 e 13 de maio de 2018, a programação reuniu a tradição e o contemporâneo. A exposição “UJUZI: Conhecimento é poder”, proposta pelo coletivo capixaba UHURU, apresentou ao público as principais simbologias africanas, por meio de grafite, vídeo mapping, artes plásticas, entre outras. No dia 13 de maio, com o título “Memória e resistência”, uma série de atividades foi realizada, com o intuito de comemorar as duas décadas e meia de existência do museu. A programação foi aberta com a performance “Kalunga”, do Coletivo Emaranhado, que apresentou uma história sobre a relação do ho-

mem com a divindade Iemanjá. Logo em seguida, a cantora Monique Rocha apresentou um show em homenagem à cantora Clara Nunes, conhecida por seu repertório e estética que remetem à ancestralidade, à africanidade e à brasilidade. A programação foi encerrada com o cantor Rincon Sapiência, rapper de São Paulo, que apresentou um show marcado por sonoridades que passearam pelo samba, rap, música africana e ciranda (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2018).

Porém, se por um lado a programação cultural do Mucane tem buscado demarcar o seu lugar na valorização e difusão das culturas afro-brasileiras, por outro, a restauração do antigo casarão, silenciou a presença negra recente na instituição. Isso porque, no edifício histórico, a preocupação em preservar as marcas dos usos do prédio no início do século XX, tais como os antigos azulejos e as pinturas parietais, espalhadas por quase todos os ambientes da antiga edificação, não se estendeu ao passado recente da instituição. Assim, a situação singularíssima de coexistência durante anos de um museu voltado para a valorização da identidade negra e uma delegacia de crimes contra a vida, cujos presos eram em sua maioria afrodescendente, por exemplo, desapareceu. Nada lembra que no andar térreo do museu – que tentava se consolidar como um espaço de preservação e valorização das culturas e memórias negras – existia uma cela lotada de homens negros amontoados uns sobre os outros. Também não há registros da ocupação do espaço pelos diferentes segmentos dos movimentos negros capixabas, tão importantes para a sua manutenção, bem como do estado precário do prédio onde a instituição funcionou entre 1994 e 2012.

O silêncio sobre o passado recente da instituição ainda pode ser verificado no conteúdo da placa de identificação colocada pela Prefeitura Municipal de Vitória na calçada do museu. Nela consta apenas a data de construção do prédio, seus usos no início do século passado, bem como uma breve menção à criação do museu em 1993 e sua recente restauração em 2012.

Problematizar esses silêncios é importante, pois o Mucane configura um lugar de memórias

ver Farias, J. Gomes, F. Soares, C. et al (2006) Raquel Rolnik (1989) e Ilka Boaventura (1989).

8 Algumas informações sobre essa exposição ainda podem ser encontradas no blog da artista Juliana Pessoa e do curador Fernando Pessoa, in: <http://pessoaypessoa.blogspot.com/>.

não só pela sua “natureza” – afinal, é uma instituição museal – mas, principalmente, por registrar um momento muito fecundo dos movimentos negros no Espírito Santo. Ele evoca as lutas de militantes para a construção de um centro de pesquisa, valorização e divulgação das culturas negras em um estado que historicamente invisibiliza essa população.

A ausência de marcas que indique uma presença negra na instituição, expressa pelos silêncios na arquitetura do prédio e na placa de identificação do museu, reflete o alcance do processo de esquecimento da população negra que, ironicamente, não poupa nem a instituição criada para dar visibilidade a esse segmento social. As fronteiras do que é lembrado ou esquecido, do que pode ser dito e não dito, são fluidas e moldadas pelas questões do presente onde, conforme as circunstâncias, será enfatizado um ou outro aspecto do passado. Lembrar e esquecer são, portanto, estratégias políticas. O Mucane não está imune a esse processo.

Conclusão

Um museu é, sobretudo, lugar de construção de memórias e essas memórias são lugares de poder. Deste modo, os museus são também lugares de relações de poder, de disputas, pois a construção das próprias memórias está em conflito, e as mesmas se referem às injustas relações estabelecidas, principalmente envolvendo as relações entre negros e brancos no Brasil e, neste caso, especificamente no Espírito Santo.

O Mucane se torna importante enquanto um museu com recorte étnico-racial, na medida em que for mantida, na sua gestão, a presença de negros e negras que possam falar “em primeira pessoa” e, assim, construir e disseminar narrativas por eles escolhidas.

Em um Estado evidentemente racista como o Espírito Santo, que silencia a presença das populações negras (das mais diferentes formas), o Mucane pode, com o aporte financeiro apropriado, desempenhar um papel imprescindível de lugar de referência,

em que corpos negros se fazem presentes em toda sua potência. Enquanto instituição museal pode, ainda, provocar debates, desconstruir paradigmas, disputar memórias, colocar o dedo na ferida.

A própria instituição, inclusive, deve ser revisitada. A reforma, restauração e reabertura do espaço foram conquistas importantes. No entanto, as marcas da presença de militantes negros e negras que ocuparam aquele espaço para ele ser o que é hoje foram silenciadas. Enquanto parte da administração pública municipal, o Mucane tem enormes desafios a enfrentar, como contribuir para a superação do racismo institucional e a construção de uma cultura de respeito às diferenças, bem como de proporcionar visibilidade a uma população que tem sido sistematicamente violentada, de todas as formas, pelo Estado, apesar de seu percentual já ultrapassar a contagem dos 60% da sociedade capixaba.

Referências

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo. *Movimento negro e “democracia racial” no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.
- BARBOSA, Fernanda de Castro; MONTEIRO, Nelma. *MUCANE*. Vitória: Instituto Elimu Professor Cléber Maciel, 2012. Disponível em http://issuu.com/elimuinstituto/docs/revista_14maio2012_baixa. Acesso em: 11 de agosto de 2014.
- BARCELOS, Elias. *MUCANE*. Entrevista concedida a Fernanda de Castro Barbosa e Nelma Monteiro. Vitória (ES), 2011.
- BISPO, Suely; SOUZA Edileuza Penha de. *Resistência Negra da Grande Vitória. Dos quilombos ao movimento negro*. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- BLOCO ILÊAIYÊ. Sobre. Disponível em: <http://www.ileaiyeoficial.com/bio/>. Acesso em 11 de junho de 2018
- CORREIA, Madalena. *MUCANE*. Entrevista concedida a Fernanda de Castro Barbosa e Nelma Monteiro. Vitória (ES), 2011.
- DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo, 2007. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>>. Acesso em 27 de agosto de 2014.
- FERREIRA, Zuilton. *MUCANE*. Entrevista concedida a Fernanda de Castro Barbosa e Nelma Monteiro. Vitória (ES), 2011.
- FUNDAÇÃO PIERRE VERGER. *Biografia*. Disponível em: <http://www.pierreverger.org/br/pierre-fatumbi-verger/biografia/a-cultura-afro-brasileira.html>. Acesso em 11 de junho de 2018.

GUIZZARDI, Menara. *O corpo e a ancestralidade afrodescendente: algumas constatações para uma outra territorialização*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Humanas e Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

MACIEL, Cleber da Silva. *Negros no Espírito Santo*. Vitória: DEC/SPDC/UFES, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo: PUC, 1993.

PAS, Maria Verônica da (org.). *Seminário Internacional da Escravidão*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida e Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 1992.

PEREIRA, Amilcar Araújo. *O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. Niterói: UFF/ICHF, Tese de Doutorado em História Social, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Mucane comemora 25 anos como espaço de valorização da cultura negra*. Disponível em: <http://vitoria.es.gov.br/noticia/mucane-comemora-25-anos-como-es-paco-de-valorizacao-da-cultura-negra-28313>. Acessado em 11 de junho de 2018.

Recebido em: 12/05/2018

Aprovado em: 11/06/2018

